



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

### A COMPANHIA

#### APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding I S.A. - IBH II, uma sociedade de propósito específico cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A CART detém, até 2038, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Batista Cabral Rennó, SP- 327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias administradas pela CART percorrem 34 municípios, conectando-se à SP-280 Castelo Branco e estabelecendo ligações estratégicas com o Mato Grosso do Sul e o Norte do Paraná. Rota que desempenha um papel fundamental no escoamento da produção agroindustrial e no transporte de bens e pessoas, fortalecendo a integração econômica da região e do país.

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi um ano especial para a CART, com conquistas significativas que refletem o compromisso com a qualidade e a excelência.

Concluímos o 2º ciclo de pavimento, recebendo a aprovação da agência reguladora, um marco significativo que evidencia os investimentos e esforços da Cia.

Fomos reconhecidos como a melhor rodovia do país pela Confederação Nacional de Transportes, esta premiação é um testemunho do trabalho árduo investido em áreas cruciais como pavimento, sinalização e geometria. Além disso, a premiação como um dos "Lugares Mais Incriveis para Trabalhar" demonstra a dedicação em proporcionar um ambiente positivo e estimulante para os funcionários.

Esses prêmios não apenas celebram o passado, mas também estabelecem um padrão para o futuro. A determinação em continuar evoluindo e superando desafios é inspiradora, e essa mentalidade de garra, otimismo e comprometimento certamente contribuirá para resultados sustentáveis e uma relação benéfica com a sociedade, clientes e acionistas.

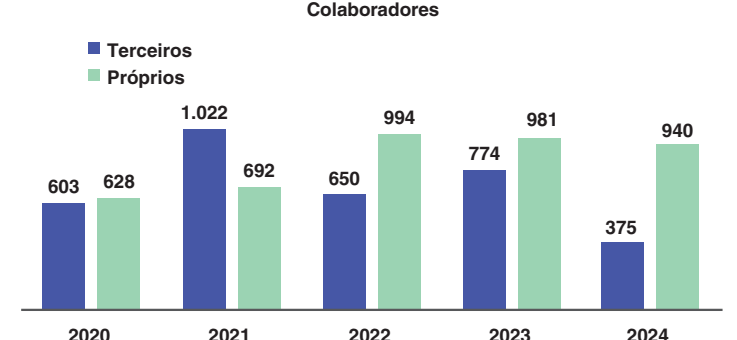
Continuar a trilhar esse caminho de excelência e inovação será fundamental para enfrentar os desafios que virão. As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

#### Sustentabilidade e Negócios

#### PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos: Quadro de Colaboradores.

Em 2024, houve uma redução no quadro de colaboradores, majoritariamente terceiros, em decorrência da conclusão do ciclo de investimentos vigente. Esse movimento reflete a transição natural entre fases de grandes projetos, com um novo ciclo de investimentos já programado para 2025.

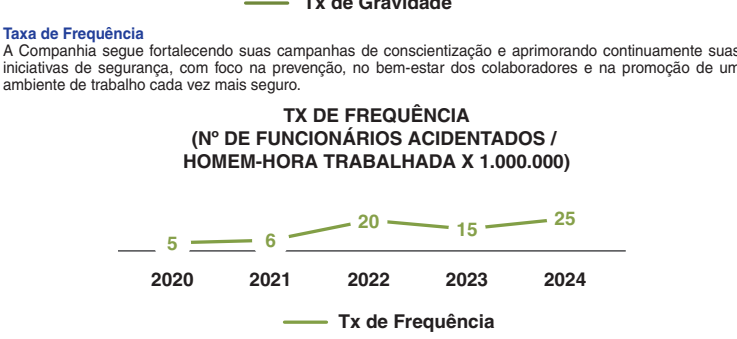
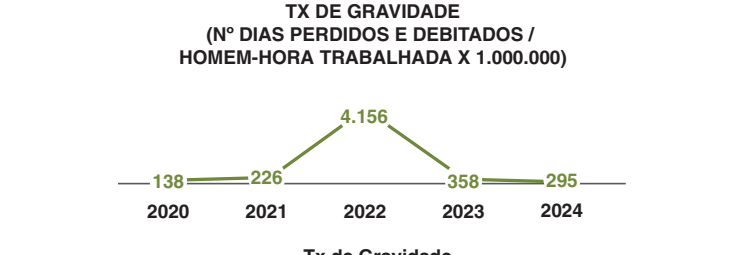


Os 940 colaboradores diretos da CART estão distribuídos em diversas áreas estratégicas, garantindo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Destes, 408 profissionais atuam diretamente na Operação Viária, oferecendo suporte essencial aos usuários.

Além disso, a Companhia conta com uma equipe de 350 colaboradores especializados na conservação do revestimento vegetal, pavimento e demais instalações, assegurando a manutenção e a preservação da infraestrutura rodoviária.

No backoffice, 182 colaboradores desempenham um papel fundamental no suporte às operações, abrangendo áreas como Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Engenharia, Administração, Finanças, Jurídico e Meio Ambiente. Essa estrutura integrada permite que a CART opere com excelência, garantindo segurança, qualidade e eficiência em suas rodovias.

**Taxa de Gravidade**  
Em 2024, a Taxa de Gravidade apresentou redução, refletindo a efetividade das campanhas contínuas de conscientização e ações preventivas adotadas pela Companhia. O compromisso com a segurança permanece como prioridade.



#### ÉTICA E COMPLIANCE

Ao longo de 2024, a Companhia fortaleceu a cultura de integridade por meio de treinamentos presenciais de compliance, capacitando os colaboradores e promovendo um ambiente de trabalho ético e alinhado às melhores práticas. Além disso, intensificou a divulgação do Canal de Ética, reforçando o compromisso com a transparência e a responsabilidade nas relações internas e externas.

#### RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

**Programa CART pela Vida**  
O Programa nasceu em dezembro de 2020 com o objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. As atividades incluem conscientização sobre direção segura, saúde, bem-estar e temas socioambientais, sendo desenvolvidas em empresas, espaços públicos, postos de serviços e outros locais parceiros. Em 2024, o CART pela Vida realizou 126 ações, atingindo 8.342 pessoas por meio de suas iniciativas de conscientização.

**Programa Educando Caminhos**  
Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, ele tem como objetivo a conscientização voltada à cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 4 ações totalizando 1.056 crianças atendidas em 2024.

**Programa Turismo da Gente**  
Baseado nos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, o programa Turismo da Gente traz na sua essência o conceito de rodovia inclusiva, onde os atrativos turísticos, bem como o potencial de cada município da área de abrangência da CART poderão ser explorados e desenvolvidos, à medida que absorvam o turismo como atividade econômica. O principal objetivo do Turismo da Gente é apoiar o desenvolvimento do setor na região, a partir da divulgação de destinos turísticos no interior paulista. Em 2024, a Companhia promoveu um evento sobre turismo comunitário na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, reunindo 65 participantes. A iniciativa abordou a "Economia Circular" e destacou a importância do artesanato local, reforçando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a valorização das comunidades. Algumas cidades passaram a ter destaque em mídias nacionais depois da divulgação do Turismo da Gente.

**Incentivo ao Esporte Armador**  
O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS — 5% (cinco por cento) — devido ao Município para pessoa física ou jurídica de natureza esportiva e sem fins lucrativos, conforme a Lei Municipal nº 3.791/94. Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil.

**Apoio e incentivo a projetos**  
Em 2024, a CART destinou parte do imposto de renda devido para o financiamento de programas e projetos voltados às áreas de Cultura, Criança e Adolescente, Esporte, Idoso e Oncologia. Os projetos selecionados foram mapeados dentro do eixo de concessão da CART, garantindo que os recursos beneficiem diretamente a região. Esse aporte contribuirá para a ampliação do atendimento social e a melhoria da qualidade de vida da população, além de fortalecer o relacionamento institucional com os municípios.

**MEIO AMBIENTE**  
Comprometida com a sustentabilidade, a CART adota uma postura proativa no monitoramento e avaliação dos impactos ambientais de suas operações. A cada mês, os indicadores ambientais são rigorosamente analisados em reuniões estratégicas de resultados, com foco na identificação de desvios, no planejamento de ações corretivas e na implementação de melhorias contínuas. Além disso, a troca de boas práticas entre as equipes fortalece a cultura de responsabilidade ambiental, assegurando que a companhia não só minimize seus impactos, mas também impulsiona a evolução constante de seus processos. Entre as diversas iniciativas voltadas para a preservação ambiental implementadas destacam-se:

**Programa de Proteção à Fauna**  
Programa pioneiro no Brasil, voltado à implantação de estruturas de travessia, como passagens de fauna e telamento, para a condução segura dos animais, além de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança viária. Até o momento, já foram implantadas mais de 160 passagens de fauna nas rodovias administradas pela CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP-225, Orlando Quagliato – SP-327 e Raposo Tavares – SP-270). Observou-se uma redução no número de animais avistados sobre a rodovia, refletindo em maior segurança tanto para os motoristas quanto para a fauna.

As ações do Programa de Proteção à Fauna vão além da mitigação de ocorrências envolvendo animais, buscando também reduzir o efeito barreira causado pela rodovia. A iniciativa favorece a conectividade entre áreas naturais, promovendo a formação de corredores ecológicos que evitam o isolamento populacional e contribuem para a conservação da biodiversidade.

**Projeto de Reflorestamento**  
A CART possui atualmente 653 hectares de áreas de reflorestamento concluídas e 297 hectares em processo de recuperação, totalizando aproximadamente 1.520.000 árvores de espécies nativas. Esses reflorestamentos desempenham um papel fundamental tanto ambiental quanto social, contribuindo para a preservação dos cursos d'água, a melhoria da qualidade do ar e a criação de habitats para a fauna silvestre. Entre os projetos de reflorestamento na CART, destacam-se:

**Projeto de Reflorestamento - Zona de Amortecimento ESEC - Mico-Leão-Preto**  
Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, com o objetivo de promover a recomposição florestal do local. O projeto está inserido no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária para conectividade.

**Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Parapanapema, SP**  
O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, em uma propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto. Após o reflorestamento, essa área contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do interior, interagindo as duas maiores unidades de conservação desse bioma: o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto (ESECMLP).

**Projeto de Proteção à Fauna**  
Programa pioneiro no Brasil, voltado à implantação de estruturas de travessia, como passagens de fauna e telamento, para a condução segura dos animais, além de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança viária. Até o momento, já foram implantadas mais de 160 passagens de fauna nas rodovias administradas pela CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP-225, Orlando Quagliato – SP-327 e Raposo Tavares – SP-270). Observou-se uma redução no número de animais avistados sobre a rodovia, refletindo em maior segurança tanto para os motoristas quanto para a fauna.

As ações do Programa de Proteção à Fauna vão além da mitigação de ocorrências envolvendo animais, buscando também reduzir o efeito barreira causado pela rodovia. A iniciativa favorece a conectividade entre áreas naturais, promovendo a formação de corredores ecológicos que evitam o isolamento populacional e contribuem para a conservação da biodiversidade.

**Projeto de Reflorestamento**  
A CART possui atualmente 653 hectares de áreas de reflorestamento concluídas e 297 hectares em processo de recuperação, totalizando aproximadamente 1.520.000 árvores de espécies nativas. Esses reflorestamentos desempenham um papel fundamental tanto ambiental quanto social, contribuindo para a preservação dos cursos d'água, a melhoria da qualidade do ar e a criação de habitats para a fauna silvestre. Entre os projetos de reflorestamento na CART, destacam-se:

**Projeto de Reflorestamento - Zona de Amortecimento ESEC - Mico-Leão-Preto**  
Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, com o objetivo de promover a recomposição florestal do local. O projeto está inserido no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária para conectividade.

**Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Parapanapema, SP**  
O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, em uma propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto. Após o reflorestamento, essa área contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do interior, interagindo as duas maiores unidades de conservação desse bioma: o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto (ESECMLP).

**Projeto de Proteção à Fauna**  
Programa pioneiro no Brasil, voltado à implantação de estruturas de travessia, como passagens de fauna e telamento, para a condução segura dos animais, além de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança viária. Até o momento, já foram implantadas mais de 160 passagens de fauna nas rodovias administradas pela CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP-225, Orlando Quagliato – SP-327 e Raposo Tavares – SP-270). Observou-se uma redução no número de animais avistados sobre a rodovia, refletindo em maior segurança tanto para os motoristas quanto para a fauna.

As ações do Programa de Proteção à Fauna vão além da mitigação de ocorrências envolvendo animais, buscando também reduzir o efeito barreira causado pela rodovia. A iniciativa favorece a conectividade entre áreas naturais, promovendo a formação de corredores ecológicos que evitam o isolamento populacional e contribuem para a conservação da biodiversidade.

**Projeto de Reflorestamento**  
A CART possui atualmente 653 hectares de áreas de reflorestamento concluídas e 297 hectares em processo de recuperação, totalizando aproximadamente 1.520.000 árvores de espécies nativas. Esses reflorestamentos desempenham um papel fundamental tanto ambiental quanto social, contribuindo para a preservação dos cursos d'água, a melhoria da qualidade do ar e a criação de habitats para a fauna silvestre. Entre os projetos de reflorestamento na CART, destacam-se:

**Projeto de Reflorestamento - Zona de Amortecimento ESEC - Mico-Leão-Preto**  
Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, com o objetivo de promover a recomposição florestal do local. O projeto está inserido no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária para conectividade.

**Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Parapanapema, SP**  
O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, em uma propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto. Após o reflorestamento, essa área contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do interior, interagindo as duas maiores unidades de conservação desse bioma: o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto (ESECMLP).

### Selo Ouro: Programa Brasileiro GHG Protocol

CHG Protocol é um pacote de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global.

O Programa Brasileiro GHG Protocol foi criado em 2008 e é responsável pela adaptação do método CHG Protocol ao contexto brasileiro e desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Pelo segundo ano consecutivo, a CART reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ao conquistar o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. No ciclo 2024, foram auditadas as emissões de GEE referentes ao ano de 2023, certificando o inventário corporativo da companhia no mais alto nível de qualificação. O reconhecimento também foi obtido no ciclo anterior, consolidando a CART como referência em gestão e reporte de emissões, alinhada às melhores práticas ambientais.

#### Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais focados na recuperação de áreas de preservação. Este restauro da vegetação resulta na formação de corredores verdes que desempenham a importante função de preservar nascentes e mananciais essenciais para o abastecimento de municípios.

Além de iniciativas voltadas à preservação de nascentes e mananciais, a CART deu um passo crucial no combate à escassez de recursos hídricos: a adoção de um sistema de reuso de água, com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são:

- Reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária;
- Mitigar riscos ambientais;
- Conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais sobre a escassez de água, a necessidade de preservação e o uso racional desse recurso, além de incentivar e valorizar práticas sustentáveis.

A estação de tratamento instalada na base do Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) foi a pioneira na CART e está em funcionamento desde abril de 2021. Em 2022, dois novos sistemas foram implantados, um na base do Serviço de Atendimento ao Usuário 3 (SAU3) e outro na Praça de Pedágio 3.

Com a operação desses três sistemas, a CART tem a capacidade de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 20 famílias todos os dias.

A cada nova etapa de expansão dessa solução, a Concessionária se torna menos vulnerável às crises hídricas e reduz ainda mais os impactos ambientais gerados por suas operações.

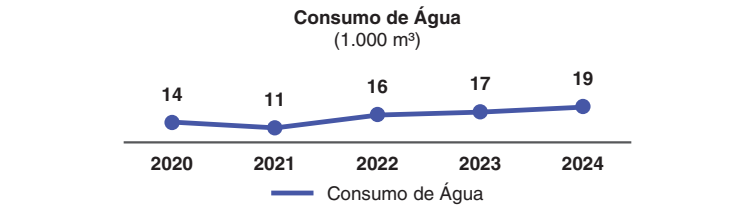
**Projeto Energia Limpa – Geração de Energia Solar**  
Entre os principais desafios globais, as medidas para redução do impacto climático no planeta estão sendo incorporadas aos planos de sistemas rodoviários no interior de São Paulo. A CART tem ampliado suas soluções em energia limpa para garantir a autossuficiência das operações de Bauru a Presidente Epitácio, alinhando-se aos objetivos sustentáveis da ONU.

Concluídas no final de 2022, as estações de energia solar têm a responsabilidade de abastecer equipamentos essenciais para a infraestrutura operacional da CART, como painéis de mensagens, câmeras de monitoramento, torres de transmissão e as bases do Serviço de Atendimento ao Usuário espalhadas pela Concessão.

O projeto foi viabilizado com a instalação de 1.060 placas fotovoltaicas e 20 inversores, capazes de gerar até 70.000 kWh/ano, o que equivale ao consumo médio de 450 residências.

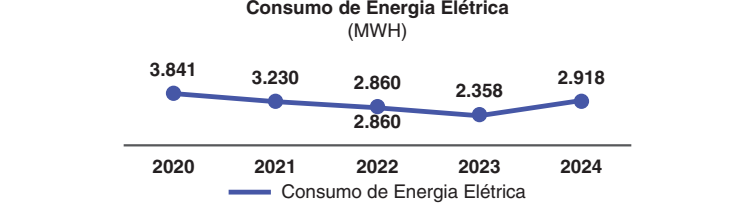
A quantidade de CO<sub>2</sub> que deixará de ser liberada na atmosfera anualmente, em decorrência do Projeto Energia Limpa, é equivalente ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 264 árvores em seus primeiros 20 anos de idade.

**Consumo de Água**  
Em 2024, observou-se um pequeno aumento no consumo de água, reflexo de iniciativas voltadas à melhoria operacional e ao reforço da segurança. A captação por caminhão-pipa foi intensificada para atender atividades emergenciais, como combate a incêndios, garantindo a preservação das áreas operacionais.



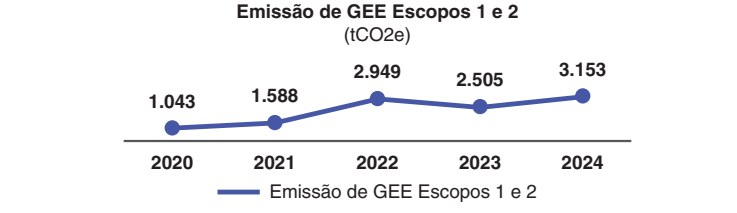
#### Consumo de Energia Elétrica

Em 2024, o consumo de energia elétrica apresentou um pequeno aumento quando comparado com o ano de 2023, influenciado principalmente pelas temperaturas mais elevadas ao longo do ano. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, a média anual atingiu 25,02°C, superando tanto a média histórica quanto a de 2023. Esse cenário reforçou a necessidade do uso de ar-condicionado para garantir o conforto térmico em ambientes operacionais e administrativos.



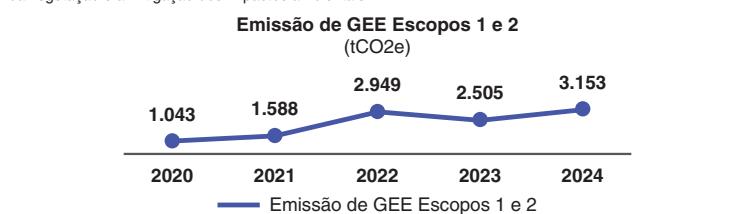
#### Consumo de Combustível

Em 2024, o consumo de combustível apresentou uma redução em relação a 2023, impulsionada pela otimização da frota administrativa e pelo início do processo de eletrificação da frota de guinchos.



#### Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

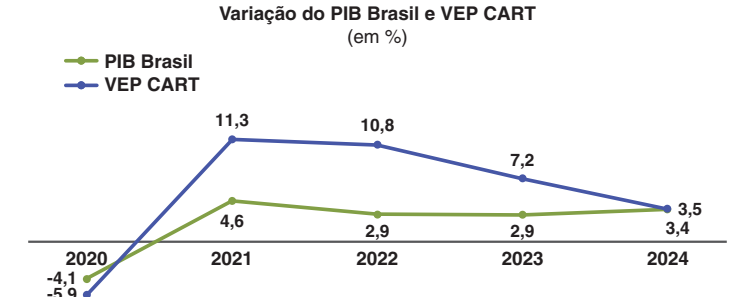
Em 2024, as emissões de GEE (Escopo 1 e 2) apresentaram um aumento em relação a 2023, em função do início das obras de expansão. As intervenções exigiram a execução de atividades previstas nas Autorizações de Supressão de Vegetação (ASVs) para cumprir o cronograma de obras junto à ARTESP. Como parte do compromisso sustentável, todas as intervenções incluem plantio compensatório, assegurando a recomposição da vegetação e a mitigação dos impactos ambientais.



#### RESULTADOS

#### CONTEXTO ECONÔMICO

A projeção de crescimento do PIB para 2024 foi ajustada para 3,5%, impulsionada pelo desempenho acima do esperado no terceiro trimestre e pelos indicadores positivos observados no final do ano. A revisão das séries históricas das Contas Nacionais Trimestrais contribuiu para a atualização de alguns componentes do PIB, sem alterar significativamente o resultado agregado. Sob a ótica setorial, o aumento na estimativa reflete a expansão do setor de serviços, enquanto a agropecuária e a indústria apresentaram ajustes para baixo.



O crescimento do PIB tem uma relação direta com o aumento do tráfego nas rodovias, uma vez que a maior atividade econômica estimula o transporte de mercadorias e o deslocamento de pessoas. Em nossa concessão, essa dinâmica se refletiu em um crescimento de 3,4% no volume de tráfego em relação a 2023, reforçando a importância da infraestrutura rodoviária para o desenvolvimento econômico.

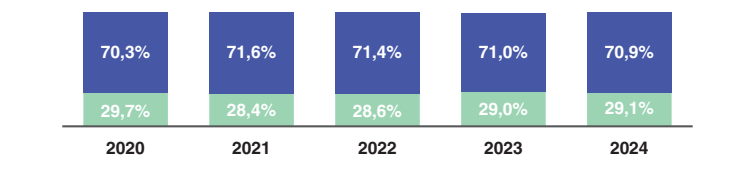
Na tabela ao lado estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

	4T24	4T23	D.P.
Inflação 12 meses	4,80%	4,60%	0,2 p.p.
IPC A Últimos 12 meses	2,60%	2,80%	-0,2 p.p.
CDI Final do Período	10,80%	13,00%	-2,2 p.p.

#### RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
<b>VEPs¹</b>	16.653	17.098	-2,60%	65.751	63.565	3,44%
Veículos Pesados	5.139	4.992	2,94%	19.115	18.454	3,58%
Veículos Leves	11.514	12.106	-4,89%	46.636	45.111	3,38%
<b>Tráfego²</b>	7.673	7.762	-1,15%	29.486	28.927	1,93%
Veículos Leves	5.186	4.667	11,12%	19.297	18.680	3,30%
Veículos Pesados	2.488	2.396	3,84%	9.837	9.730	1,74%
Veículos Isentos	130	131	-0,76%	530	517	2,51%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo  
² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia  
A CART registrou 65,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2024, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. No 4T24, as nove praças de pedágio da CART registraram 16,7 milhões de VEPs, um crescimento de 7,0% em relação ao mesmo período de 2023.



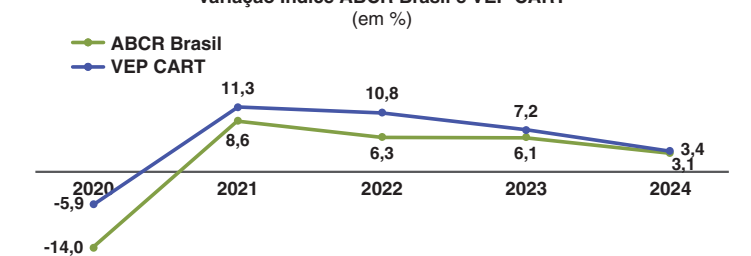
A proporção de VEPs pesados na representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi ligeiramente menor em 2024 comparado a 2023.

#### cenário CART

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado 1-2	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/24 sobre Jan-Dez/23): Brasil	2,70%	4,30%	3,10%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/24 sobre Out-Dez/23): Brasil	2,80%	2,10%	2,60%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers  
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>  
A relação entre crescimento econômico e fluxo de veículos nas rodovias se reflete nos dados do índice ABCR Brasil, que mede a variação do tráfego em concessões rodoviárias. Enquanto o índice nacional registrou uma queda de 14,0% em 2020, nossa concessão apresentou uma retração menor, demonstrando maior resiliência frente aos impactos daquele ano.

### Variação Índice ABCR Brasil e VEP CART (em %)



Nos anos seguintes, a retomada da atividade econômica impulsionou o tráfego rodoviário, e nosso desempenho superou consistentemente o índice ABCR Brasil, evidenciando a relevância do nosso corredor para o transporte de cargas e passageiros e reafirmando a eficiência da nossa operação na sustentação do fluxo rodoviário.

#### RESULTADO FINANCEIRO

Recursos	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
<b>Recursos Operacionais (R\$ mil)</b>	4724	4723	▲	2024	2023	▲
Recursos Operacionais	178.315	175.195	1,78%	685.055	639.904	7,06%
Recursos Acessórias	5.798	5.587	3,78%	22.227	23.276	-4,51%
<b>Recursos Bruta</b>	<b>184.113</b>	<b>180.782</b>	<b>1,84%</b>	<b>707.282</b>	<b>663.180</b>	<b>6,65%</b>
Deduções da Receita Bruta	(15.872)	(15.584)	1,85%	(61.160)	(57.231)	6,87%
<b>Recursos Líquida Ajustada¹</b>	<b>168.241</b>	<b>165.198</b>				



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2024 foram investidos R\$ 134,9 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente, além dos equipamentos destinados as atividades primarizadas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**PERSPECTIVAS E PLANOS**

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, a construção de alças de acesso e retorno, além de viadutos e passerelas.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR F124/10 - Revisão de Informações Intermediárias Executivas) e o Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity" (respetivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obteve dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)**

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e aprovou o conteúdo e o conteúdo e o conteúdo e o conteúdo do relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Bauru, 28 de fevereiro de 2025**

**Gilson Carvalho** - Diretor de Relações com Investidores  
**Renê Pinto** - Diretor Presidente

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	91.034	124.351
Aplicações financeiras vinculadas	9	9.984	17.909
Contas a receber	10	43.205	50.028
Estoques	11	5.816	6.731
Tributos a recuperar	12.a	990	3.852
IRPJ e CSLL a recuperar	12.b	1.828	1.151
Adiantamentos de fornecedores		8.229	9.083
Total do ativo circulante		<u>161.086</u>	<u>213.105</u>
Impostos diferidos ativos	12.c	422.494	426.169
Depósitos judiciais	19.d	9.039	6.076
Total do realizável a longo prazo		<u>431.533</u>	<u>432.245</u>
Outros		9	9
Imobilizado	14	26.328	34.028
Infraestrutura em construção	15	1.687	2.098
Intangível	15	<u>2.370.251</u>	<u>2.448.100</u>
		<u>2.398.275</u>	<u>2.485.235</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.829.808</u>	<u>2.917.480</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>2.990.894</b></u>	<u><b>3.130.585</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	16	24.939	30.750
Debitores	17	34.514	119.881
Outras contas a pagar	16	335	97.624
Tributos a recolher		6.598	6.957
IRPJ e CSLL a recolher		643	-
Obrigações com empregados e administradores	10	10.855	11.804
Credor pela concessão	18	1.929	1.854
Partes relacionadas	13	1.313	1.015
Receita acessória antecipada	20	10.335	9.280
Passivo de arrendamento	22	2.952	3.266
Provisão para manutenção	21	<u>27.886</u>	<u>48.209</u>
Total do passivo circulante		<u>122.299</u>	<u>330.640</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Passivo de arrendamento	22	4.179	369
Debitores	17	1.123.252	1.097.833
Provisão para riscos processuais	19	58.145	50.034
Receita acessória antecipada	20	27.268	36.014
Provisão para manutenção	21	<u>46.868</u>	<u>28.921</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.259.712</u>	<u>1.213.171</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	23.a	2.451.400	2.451.400
Prejuízos acumulados		(842.517)	(864.626)
Total do patrimônio líquido		<u>1.608.883</u>	<u>1.586.774</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>2.990.894</b></u>	<u><b>3.130.585</b></u>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**CONTEXTO OPERACIONAL:** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Iсса Mar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidos, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 581+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos. A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e da assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária. A Administração atua na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao valor não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **TERMO ADITIVO MODIFICATIVO:** Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTSP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação de reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo índice tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022. Os pagamentos foram realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - ("IASB") e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de Fevereiro de 2025.

**3. BASES DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os julgamentos e premissas podem divergir das estimativas e premissas sobre informações que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: (i) determinação de provisões para manutenção - nota explicativa nº 21; (ii) provisões para riscos processuais - nota explicativa nº 19; (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionados à realização de ativos futuros - nota explicativa nº 12.c e 15. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPIC 01 (R1) e International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão. Determinação das receitas de construção: De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada, pelo valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela construção de serviços, métodos de operacionalização, terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico Percentage of Completion - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 24. Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 21. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos. Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios: A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatória, civis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, precedentes e decisões dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 12.c. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos financeiros: As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

**6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor do mercado. 6.2 Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 6.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social

compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. 6.4.1 Impostos correntes: Despesa com imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar lucro no ano de 2024. 6.5.2 Impostos diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação à diferença temporária entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e manter passivo de arrendamento são reconhecidas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os juros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as diferenças temporárias associadas ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões dos impostos (Earnings before taxes - EBT). No cálculo da taxa de desconto por ser considerado o custo de seu reajuste ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. 6.4 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 6.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido revertida por uma mudança nas estimativas. O valor contábil do ativo não exceda o valor contábil de fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 6.6. Intangível: A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido com contraprestação pela prestação de serviços de construção ou manutenção em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras. 6.7. Fornecedores e outras contas a pagar: Os fornecedores e outros fornecedores ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 6.8. Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores em contras se contabilizados pelo valor justo considerando os índices contratuais. 6.9. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 6.10. Provisão para manutenção: Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão a utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 10,32% ao ano em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no seu custo de capital. 6.11. Provisão para riscos processuais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, regulatórias e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 6.12. Debitores a pagar: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é mantida nas demonstrações de resultado durante o período em que os debêntures estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 6.13. Custos com debêntures: Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com debêntures qualificados para capitalização. Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. 6.14. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJR - valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há instrumentos classificados como VJORA. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um contrato de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros e receber fluxos de caixa contínuos; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgir. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo de negócios) e o valor de liquidação e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	24	775.814	692.271
Custo dos serviços prestados	25	(514.626)	(439.820)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<u>261.188</u>	<u>252.451</u>
Gerais e administrativas	25	(79.383)	(79.046)
Outras receitas operacionais		5.745	699
Outras despesas operacionais		(183)	(582)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<u>187.367</u>	<u>173.522</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	26	16.253	19.348
Despesas financeiras	26	(159.187)	(169.836)
		<u>(142.934)</u>	<u>(150.488)</u>

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2024	2023
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.d	(18.650)	(11.870)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.c	(3.674)	(1.120)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<u>22.109</u>	<u>10.044</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	27	0,002	0,001

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

RESULTADO DO EXERCÍCIO	2024	2023
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>22.109</u>	<u>10.044</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>22.109</u>	<u>10.044</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>2.451.400</b>	<b>(874.670)</b>	<b>1.576.730</b>
Resultado do exercício	27	-	10.044	10.044
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<b>2.451.400</b>	<b>(864.626)</b>	<b>1.586.774</b>
Resultado do exercício	27	-	22.109	22.109
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		<b>2.451.400</b>	<b>(842.517)</b>	<b>1.608.883</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO





## 19. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, constata a opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indícios de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	31/12/2024		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.728	17.815	21.543
Cíveis (*)	54.174	168.710	222.884
Ambiental	243	3.512	3.755
Total	58.145	190.037	248.182

(\*) A Companhia foi acionada pela Investimentos e Participações S.A. ("INVERPAR") através do procedimento arbitral 110/2022/SEC08, o qual tramita em confidencialidade perante a Câmara de Resolução Brasil Canadá, a fim de discutir entendimentos diversos acerca da Companhia.

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral previsto em Sales-Purchase Agreement ("SPA") firmado entre o atual acionista controlador e a INVERPAR em abril/2020 em razão da compra da Companhia. Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2023			Atualização		
	Constituição	Reversões	Pagamentos	Monetária	31/12/2024	
Trabalhistas (a)	5.199	433	(229)	(1.087)	5.688	3.728
Cíveis e ambientais (b)	44.835	30.508	(15.600)	(9.299)	3.973	54.417
Total	50.034	30.941	(15.829)	(10.386)	9.362	58.145

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o montante de R\$ 8.111 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.246). a) Riscos trabalhistas: A Companhia não tem processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. c) Procedimento Arbitral: Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. não cumpriu com as obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentado ofensa por parte da Companhia, juntamente com seus contadores, os quais preferam, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de suspensão nos autos do arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é legal. A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando continuidade à avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, a realização da prolação de sentença arbitral parcial em 23 de março de 2021. Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos devidos de parte a parte, verificou-se que a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 97.410 à Metha, dos quais a Companhia já possuiu R\$ 68.177 contabilizados, sendo necessário complementar sua provisão em R\$ 29.242, face ao cumprimento do decisão arbitral. Em 31 de dezembro de 2023 o montante foi reclassificado para outras contas a pagar nota 17. b) Depósitos judiciais:

Natureza do risco	31/12/2023			Atualização		
	Constituição	Reversões	Pagamentos	Monetária	31/12/2023	
Trabalhistas (a)	10.255	2.407	(3.200)	(5.030)	766	5.198
Cíveis e ambientais (b)	19.479	39.013	(16.766)	(2.057)	5.167	44.836
Total	29.734	41.420	(19.966)	(7.087)	5.933	50.034

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o montante de R\$ 8.111 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.246). a) Riscos trabalhistas: A Companhia não tem processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. c) Procedimento Arbitral: Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. não cumpriu com as obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentado ofensa por parte da Companhia, juntamente com seus contadores, os quais preferam, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de suspensão nos autos do arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é legal. A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando continuidade à avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, a realização da prolação de sentença arbitral parcial em 23 de março de 2021. Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos devidos de parte a parte, verificou-se que a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 97.410 à Metha, dos quais a Companhia já possuiu R\$ 68.177 contabilizados, sendo necessário complementar sua provisão em R\$ 29.242, face ao cumprimento do decisão arbitral. Em 31 de dezembro de 2023 o montante foi reclassificado para outras contas a pagar nota 17. b) Depósitos judiciais:

Natureza Dep. Judiciais	2024			2023		
Trabalhistas	798		798	798		798
Cíveis	4.352		4.352	4.352		4.352
Tributária	979		979	979		979
Total	9.039		9.039	9.039		9.039

Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista: Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão). Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução. Em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 798 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 790). Depósitos Cíveis - garantias: Depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora. Em 31 de dezembro de 2024 o montante é de R\$ 7.262 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 4.352). Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 979 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 934).

## 20. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2024	2023
Circulante	10.335	9.280
Não circulante	27.268	36.014
Total	37.603	45.294

## 21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2024 são:

Provisão para manutenção	31/12/2023	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2024
Passivo circulante	48.209	-	-	(20.323)	27.886
Passivo não circulante	28.921	18.405	(458)	(48.868)	46.866
Total	77.130	18.405	(458)	(20.323)	74.754

(\*) Trata-se do ajuste a valor presente.

## 22. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação:

Passivo de arrendamento	2024	2023
Saldo inicial	6.635	5.746
Adições	6.672	961
Juros provisionados	478	458
Cancelamentos de juros	(478)	(458)
Pagamento de principal	(3.176)	(3.079)
Total	7.131	3.635

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 478 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 451). Para os contratos reconhecidos no ano de 2024, aplicou-se a taxa de 18,43%. As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação no resultado da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias. b) Dividendos - Juros sobre o capital próprio: A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.451.400 (R\$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2023), representados por 12.602.598,575 ações (12.602.598,575 ações em 31 de dezembro de 2023), sendo 6.301.299,488 ações preferenciais e 6.301.299,487 ações ordinárias (sendo 6.301.299,488 ações preferenciais e 6.301.299,487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação no resultado da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias. b) Dividendos - Juros sobre o capital próprio: A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

## 24. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2024 e 2023 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza	2024	2023
Reculta de pedágio	685.055	639.304
Receitas acessórias	22.227	23.276
Impostos	(61.160)	(57.231)
Reculta líquida de serviços	646.122	605.349
Prêmio de construção (a)	3.329	3.329
Reculta total	775.814	692.271

(a) Sobre a reculta de construção não há incidência de impostos sobre futuramente, pois não foi faturado o reconhecido a construção de acordo com ICPC01/IFRIC 12.

## 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Base de cálculo de impostos Recultas com serviços Deduções Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) Programa de Integração Social - PIS (0,65%) Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 8%) Deduções da receita

	2024	2023
Depreciação e amortização	(227.174)	(202.745)
Custo de construção de obra	(129.692)	(86.322)
Provisão para contingências	(13.664)	(17.133)
Operacionais (*)	(45.143)	(46.904)
Outorga variável	(21.281)	(19.901)
Provisão de manutenção	(1.764)	(2.012)
Serviços e terceiros (*)	(19.158)	(16.040)
Conservação e manutenção	(17.493)	(11.882)
Custos Processuais	-	(7.086)
Manutenção de veículos	(4.029)	(2.589)
Materiais diversos	(1.764)	(2.012)
Outras despesas diversas	(27.707)	(20.871)
Total	(594.009)	(518.866)

Custo de serviços prestados Despesas gerais e administrativas Total (514.626) (439.820) (79.383) (79.046) (594.009) (518.866)

(\*) Os custos e despesa operacionais são compostos substancialmente por materiais de escritório, combustíveis, energia elétrica e transporte de valores. (\*\*\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância entre outros.

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

Recultas financeiras Juros sobre aplicações financeiras Juros sobre aplicações financeiras debêntures Outros Total recultas financeiras Despesas financeiras Comissão de despesas bancárias Variação monetária passiva Juros sobre debêntures Outros Total despesas financeiras Total resultado financeiro

	2024	2023
Recultas financeiras	6.001	9.064
Juros sobre aplicações financeiras	8.882	9.207
Juros sobre aplicações financeiras debêntures	1.370	1.077
Outros	16.253	19.348
Despesas financeiras	(245)	(571)
Comissão de despesas bancárias	(62.340)	(76.589)
Variação monetária passiva	(88.624)	(92.645)
Juros sobre debêntures	(7.978)	(51)
Outros	(159.187)	(169.836)
Total	(142.934)	(150.489)

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básicos e diluído por ação:

	2024	2023
Numerador básico	22.109	10.044
Resultado do exercício	22.109	10.044
Denominador básico e diluído	12.602.598	12.602.598
Média ponderada das ações (em milhares)	0.002	0.001
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	0.002	0.001

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havendo diferença entre o cálculo do lucro líquido por ação básico e diluído por ação.

## 28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital e o risco de mercado. Fisco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco. b) Exposição a riscos cambiais: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Na data base 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. c) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de suas operações com obrigações não circulantes em que são recebidos juros ou têm caráter de juros variáveis, que podem ser indexados a variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de crédito de boa reputação e baixo risco de crédito. A Companhia também possui aplicações de natureza especulativa. Considerações gerais: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício de 2024, conforme quadro a seguir:

	31/12/2024	Outros passivos financeiros	Nível	31/12/2023	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos e equivalentes de caixa	91.034	-	-	124.351	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	9.984	-	-	17.909	-	-
Depósitos judiciais	9.039	-	-	6.076	-	-
Contas a receber	43.205	-	-	50.028	-	-
Outros	9	-	-	10	-	-
Total do ativo	153.271	-	-	198.374	-	-
Forneceadores	-	24.939	-	-	30.750	-
Partes relacionadas	-	1.313	-	-	1.015	-
Operacionais	-	1.157	-	-	1.217	-
Concessão de serviço público	-	1.929	-	-	1.854	-
Passivo de arrendamento	-	7.131	-	-	3.635	-
Outras contas a pagar	-	335	-	-	97.624	-
Total do passivo	-	1.193.413	-	-	1.352.592	-

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os valores de risco a que está exposta são: a) Critérios de limitação de risco: A Companhia utiliza os seguintes valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e negociados em mercados ativos determinados com base nos preços observados nos mercados de mercado. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de contas a receber e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em 12 dias, portanto, se aplicável, os saldos são avaliados em base de custo. (ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCAs), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando o vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado seriam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Caixa e equivalentes de caixa: As aplicações financeiras: A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 91.034 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 124.351 em 31 de dezembro de 2023) e Aplicações financeiras de R\$ 9.984 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.909 em 31 de dezembro de 2023). O Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AAA e AA+, com exceção de aplicações financeiras de baixo risco de crédito. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. b) Exposição a riscos de créditos: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações no prazo estabelecido. Visão geral do risco de crédito: A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa